

Perfil Epidemiológico da Violência contra a Mulher no Município de Foz do Iguaçu, Brasil

Epidemiological Profile of Violence Against Women in Foz do Iguaçu, Brazil

Janmila Cristiane de Paula Brito¹, Rafaelly Gomes Vieira² e Anália Rosário Lopes³

1. Fisioterapeuta. Especialista em Saúde da Família pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (RMSF-UNILA). 2. Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela UNILA. Especialista em Fisiologia do Exercício; Fisioterapeuta da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, PR. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1933-708X> 3. Doutora em Saúde Pública (EERP-USP). Professora do Curso de Medicina da RMSF e da UNILA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3822-6107>

janmilapb@gmail.com ; raffiyfisio@outlook.com e analia.lopes@unila.edu.br

Palavras-chave

Monitoramento epidemiológico
Sistema de informação em saúde
Violência doméstica

Keywords

Epidemiological monitoring
Health information system
Domestic violence

Resumo:

O objetivo deste estudo é traçar o perfil epidemiológico de mulheres vítimas de violência residentes no município de Foz do Iguaçu-PR no período de 2017 a 2021. Trata-se de um estudo epidemiológico descritivo, de abordagem quantitativa. Os dados utilizados no estudo foram retirados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). A população do estudo foi composta por todas as mulheres notificadas no SINAN no período de 2017 a 2021 com os seguintes critérios de inclusão: mulheres vítimas de violência física, sexual e psicológica, na faixa etária de 20 a 59 anos. Nesse período, foram registrados 1.524 casos de violência contra as mulheres, com predominância da violência física com 1.158 (75,98%) registros, em mulheres adultas jovens, dos 20 aos 29 anos, brancas, sendo a residência da vítima o principal local de ocorrência. Nota-se a necessidade de se entender melhor o processo de notificação e possíveis falhas quando se trata de violência contra a mulher, assim como fortalecer a rede de enfrentamento à violência e assistência às mulheres de Foz do Iguaçu.

Abstract:

The objective of this study is to outline the epidemiological profile of female victims of violence residing in the municipality of Foz do Iguaçu-PR from 2017 to 2021. This is a descriptive epidemiological study with a quantitative approach. The data used in the study were taken from the Notifiable Diseases Information System (SINAN). The study population consisted of all women notified to SINAN from 2017 to 2021 with the following inclusion criteria: women victims of physical, sexual and psychological violence, aged 20 to 59 years. During this period, 1,524 cases of violence against women were recorded, with a predominance of physical violence with 1,158 (75.98%) records, in young adult women, aged 20 to 29 years, white, with the victim's residence being the main place of occurrence. There is a need to better understand the notification process and possible failures when it comes to violence against women, as well as to strengthen the network to combat violence and provide assistance to women in Foz do Iguaçu.

Artigo recebido em: 30.04.2025.

Aprovado para publicação em: 14.05.2025.

INTRODUÇÃO

A violência pode ser definida como uso de força excessiva com o intuito de atingir a si mesmo ou a outros, de forma física, psicológica ou por abuso de poder, que pode gerar danos psicológicos, privação, deficiência ou até mesmo levar a morte (DELMORO, VILELA, 2022). A violência constitui um obstáculo para

superação de desigualdades de gênero, sendo intensificada por questões envolvendo raça/etnia, classe social, orientação sexual e identidade sexual (CARVALHO, LAGUARDIA, DESLANDES, 2022).

A Organização Mundial de Saúde (OMS), define violência contra a mulher como qualquer ato de violência que tenha como resultado ou que por algum meio resulte em agravos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais, incluindo ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, em via pública ou privada. Além disso, afirma que uma em cada três mulheres sofre violência física ou sexual ao longo da vida (OPAS, 2021).

No Brasil, em 2022, houve crescimento de 1,2% dos casos quando comparado ao ano anterior, chegando a 4.034 vítimas de homicídios femininos. O Distrito Federal apresentou a maior proporção, 59,4% e o menor percentual aconteceu no estado de Roraima com 9,1% dos casos registrados como feminicídio. Além disso, os casos de violência doméstica aumentaram para 245.713 casos (2,9%); as ameaças cresceram 613.529 casos (7,2%); os registros relacionados a assédio sexual totalizaram 6.114 casos (49,7%); e importunação sexual teve crescimento 27.530 casos (37%) (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2022).

Apesar do alto índice de notificações de violência contra a mulher, ainda fica constatado as subnotificações dos casos de violência. A Lei de Notificação Compulsória (Lei nº 10.778, de 2003, estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados (BRASIL, 2003). A Portaria de Consolidação nº 4 estabelece como objetos de notificação compulsória, os casos suspeitos ou confirmados de violência doméstica e/ou outras violências, e de notificação imediata de casos de violência sexual e tentativa de suicídio (BRASIL, 2017).

Estudos que abordam os aspectos de violência contra mulher contribuem na diminuição da invisibilidade da realidade vivenciada pelas mulheres, e é de extrema importância identificar os fatores associados e geradores de dados, visto que aspectos sociodemográficos, comportamentais e culturais podem demonstrar padrões de associação com a violência praticada pelo parceiro (SILVA, 2021).

Tendo em vista a violência contra a mulher ocorre por diferentes variáveis e atinge distintas faixas etárias, torna-se imprescindível que se compreenda o perfil epidemiológico destas mulheres a fim de intervir nos casos de violência, e reconhecê-la como questão de saúde pública e assim qualificar os profissionais para o atendimento, respeitando o princípio da integralidade do cuidado. A respeito disso, a temática demonstra relevância no âmbito internacional e nacional, e um dos problemas de saúde pública que influencia na integridade física e psíquica, constituindo em violação dos direitos das mulheres (SANTOS *et al*, 2022).

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo traçar o perfil epidemiológico de mulheres vítimas de violência residentes no município de Foz do Iguaçu-PR no período de 2017 a 2021. Além de averiguar os tipos de violência mais praticados por faixa etária; identificar o perfil sociodemográfico de mulheres vítimas de violência; definir o grau de parentesco entre vítima e autor; e ainda indicar o ciclo de vida do autor.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo epidemiológico descritivo, de abordagem quantitativa. Os dados utilizados no estudo foram retirados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS), realizada no período de outubro de 2023 a janeiro de 2024. O SINAN é alimentado por meio de notificações informadas por profissionais da área da saúde do setor público oriundos do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como por órgãos jurídicos e profissionais do setor privado. A notificação por meio do SINAN permite a realização de pesquisa e a análise dos casos.

A população do estudo foi composta por todas as mulheres notificadas no SINAN no período de 2017 a 2021 no município de Foz do Iguaçu, Paraná. Como critérios de inclusão foram selecionados: mulheres vítimas de violência física, violência sexual e violência psicológica/moral, na faixa etária de 20 a 59 anos. Já como critérios de exclusão foram: outros tipos de violência que ocorram em crianças, adolescentes ou idosas, que envolvam outros tipos de violência que não as citadas nos critérios de inclusão.

As variáveis selecionadas para o estudo foram agrupadas em características de perfil sociodemográfico que incluem idade, raça/cor, escolaridade e ocupação. As características relacionadas ao agressor, que incluíram: ciclo de vida do autor e grau de parentesco. E, por último, as características do agravo, como: local de ocorrência, encaminhamento para setor saúde e evolução do caso.

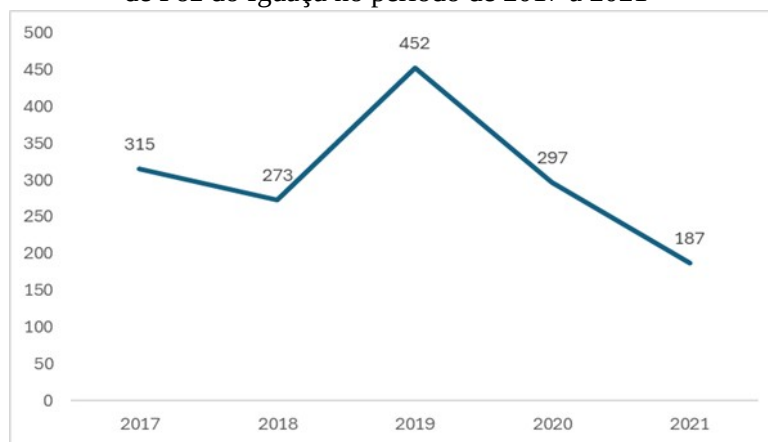
Após a coleta dos dados, foi realizada estatística descritiva simples com as variáveis citadas nos critérios de inclusão. Os resultados foram expressos por frequência absoluta e porcentagem, dispostos em planilha do Microsoft Excel. A partir da análise e interpretação dos dados, os mesmos foram apresentados em tabelas e gráficos para melhor compreensão dos dados analisados no período dos cinco anos.

Por se tratar de uma pesquisa com dados secundários do SINAN de domínio público é dispensada de Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) segundo a resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).

RESULTADOS

No período de 2017 a 2021 foram registrados no SINAN 1.524 casos de violência contra as mulheres no município de Foz do Iguaçu/PR, observando-se maior prevalência em 2019 (452 casos = 29,66%) (Figura 1).

Figura 1. Número total de violência contra a mulher no município de Foz do Iguaçu no período de 2017 a 2021



Fonte: SINAN/DATASUS, 2024.

Nota: Dados tabulados pelas autoras.

A partir do número de total de casos obtidos contra a mulher, foi observado uma predominância da violência física, com 1.158 (75,98%) (Figura 2).

Na tabela 1 constam os dados das características do perfil sociodemográfico da vítima. Nesta, é possível observar a faixa etária predominante em casos de violência contra a mulher, que corresponde a de 20 a 29 anos com um total de 582 (38,19%), seguidos de 30 a 39 anos com 456 casos (29,92%).

Quanto à raça/cor, 1.050 (68,60%) se autodeclararam brancas e 273 pardas (17,91%). Relacionado à escolaridade, 678 (44,49%) relatos foram ignorados e 422 (27,69%) usuárias declararam ter ensino médio completo e/ou incompleto (Tabela 1).

Figura 2. Número de casos e tipos de violência contra a mulher no município de Foz do Iguaçu no período de 2017 a 2021



Fonte: SINAN/DATASUS, 2024.
Nota: Dados tabulados pelas autoras.

Tabela 1. Número (N) e proporção (%) de notificações de violências e características sociodemográficas das vítimas no município de Foz do Iguaçu no período de 2017 a 2021

Variáveis	2017		2018		2019		2020		2021		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	315	20,67	273	17,91	452	29,66	297	19,49	187	12,27	1524	100,00
Faixa etária												
20-29	105	6,89	114	7,48	172	11,29	118	7,74	73	4,79	582	38,19
30-39	90	5,91	74	4,86	149	9,78	94	6,17	49	3,22	456	29,92
40-49	74	4,86	58	3,81	93	6,10	58	3,81	47	3,08	330	21,65
50-59	46	3,02	27	1,77	38	2,49	27	1,77	18	1,18	156	10,24
Raça/cor pele												
Branca	203	13,32	200	13,12	333	21,85	188	12,34	126	8,27	1050	68,90
Preta	37	2,43	11	0,72	15	0,98	20	1,31	5	0,33	88	5,77
Amarela	3	0,20	1	0,07	2	0,13	0	0,00	6	0,39	12	0,79
Parda	60	3,94	38	2,49	72	4,72	69	4,53	34	2,23	273	17,91
Indígena	1	0,07	0	0,00	1	0,07	0	0,00	0	0,00	2	0,13
Ignorados	11	0,72	23	1,51	29	1,90	20	1,31	16	1,05	99	6,50
Escolaridade												
Analfabeto	2	0,13	3	0,20	7	0,46	1	0,07	1	0,07	14	0,92
Ensino fund. comp/incomp.	84	5,51	43	2,82	75	4,92	50	3,28	17	1,12	269	17,65
Ensino médio comp/incomp.	98	6,43	81	5,31	106	6,96	77	5,05	60	3,94	422	27,69
Ensino sup. comp/incomp.	28	1,84	26	1,71	42	2,76	28	1,84	17	1,12	141	9,25
Ignorados	103	6,76	120	7,87	222	14,57	141	9,25	92	6,04	678	44,49

Fonte: SINAN/DATASUS, 2024.
Nota: Dados tabulados pelas autoras.

As informações sobre a autoria da violência serão descritas na tabela 2, que contempla as variáveis ciclo de vida do autor, dos quais 863 (56,63%) casos não consta essa informação nas notificações, seguido de pessoa adulta com 514 (33,73%). Já em relação ao grau de parentesco da vítima com possível suspeito da violência (1.548 registros), número este, maior que o total de mulheres que sofreram algum tipo de violência, pois a mesma mulher pode ter sofrido violência por mais de uma pessoa. O item relacionado à própria pessoa aparece com 584 (37,73%) e 360 (23,26%) o cônjuge foi relatado como principal causador da violência.

Tabela 2. Número (N) e proporção (%) de informações dos agressores no município de Foz do Iguaçu no período de 2017 a 2021

Variáveis	2017		2018		2019		2020		2021		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	315	20,67	273	17,91	452	29,66	297	19,49	187	12,27	1524	100,00
Ciclo vida do autor												
Adolescente	0	0,00	5	0,33	2	0,13	0	0,00	0	0,00	7	0,46
Jovem	0	0,00	49	3,22	87	5,71	0	0,00	0	0,00	136	8,92
Pessoa adulta	0	0,00	182	11,94	332	21,78	0	0,00	0	0,00	514	33,73
Pessoa idosa	0	0,00	2	0,13	2	0,13	0	0,00	0	0,00	4	0,26
Ignorados	315	20,67	35	2,30	29	1,90	297	19,49	187	12,27	863	56,63
Grau parentesco (N=1.548)												
Pai	0	0,00	1	0,06	5	0,32	5	0,32	0	0,00	11	0,71
Mãe	4	0,26	0	0,00	7	0,45	2	0,13	0	0,00	13	0,84
Padrasto	0	0,00	0	0,00	7	0,45	0	0,00	0	0,00	7	0,45
Madrasta	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Filho	11	0,71	6	0,39	12	0,78	7	0,45	7	0,45	43	2,78
Irmão	11	0,71	7	0,45	6	0,39	7	0,45	1	0,06	32	2,07
Namorado	11	0,71	8	0,52	13	0,84	13	0,84	4	0,26	49	3,17
Ex-namorado	4	0,26	5	0,32	1	0,06	0	0,00	11	0,71	21	1,36
Cônjuge	105	6,78	47	3,04	92	5,94	65	4,20	51	3,29	360	23,26
Ex-cônjuge	14	0,90	23	1,49	28	1,81	27	1,74	15	0,97	107	6,91
Amigos/conhecidos	14	0,90	25	1,61	23	1,49	31	2,00	20	1,29	113	7,30
Desconhecido	27	1,74	23	1,49	20	1,29	24	1,55	14	0,90	108	6,98
Cuidador	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,19	3	0,19
Patrão/chefe	0	0,00	0	0,00	3	0,19	2	0,13	3	0,19	8	0,52
Pessoa relação institucional	4	0,26	4	0,26	0	0,00	0	0,00	3	0,19	11	0,71
Policial/agente lei	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Própria pessoa	107	6,91	107	6,91	222	14,34	102	6,59	46	2,97	584	37,73
Outros vínculos	15	0,97	17	1,10	23	1,49	15	0,97	8	0,52	78	5,04

Fonte: SINAN/DATASUS, 2024.

Nota: Dados tabulados pelas autoras.

A tabela 3 descreve as características relacionadas ao agravo. O local de ocorrência relatado com maior predominância entre as vítimas do período estabelecido foi a própria residência, com 1.114 (73,10%), sendo este dado em maior relevância, seguido de via pública com 176 (11,55%).

Tabela 3. Número (N) e proporção (%) de agressão segundo o local de ocorrência, dos encaminhamentos e evolução dos casos no município de Foz do Iguaçu no período de 2017 a 2021

Variáveis	2017		2018		2019		2020		2021		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Total	315	20,67	273	17,91	452	29,66	297	19,49	187	12,27	1524	100,00
Local de ocorrência												
Residência	242	15,88	186	12,20	343	22,51	208	13,65	135	8,86	1114	73,10
Habitação Coletiva	5	0,33	4	0,26	1	0,07	1	0,07	2	0,13	13	0,85
Escola	1	0,07	2	0,13	0	0,00	0	0,00	0	0,00	3	0,20
Local de prática esportiva	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Bar ou Similar	6	0,39	6	0,39	3	0,20	5	0,33	6	0,39	26	1,71
Via Pública	33	2,17	38	2,49	45	2,95	39	2,56	21	1,38	176	11,55
Comércio/serviços	1	0,07	4	0,26	1	0,07	4	0,26	4	0,26	14	0,92
Indústrias/construção	0	0,00	1	0,07	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,07
Outros	22	1,44	13	0,85	36	2,36	22	1,44	5	0,33	98	6,43
Ignorado	5	0,33	19	1,25	23	1,51	18	1,18	14	0,92	79	5,18
Em branco	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Encaminhamento setor saúde												
Encaminhamento ambulatorial	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Internação hospitalar	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ignorado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Em branco	315	20,67	273	17,91	452	29,66	297	19,49	187	12,27	1524	100,00
Evolução do caso												
Alta	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Evasão/fuga	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Óbito por violência	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Óbito por outras causas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Ignorado	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Em branco	315	20,67	273	17,91	452	29,66	297	19,49	187	12,27	1524	100,00

Fonte: SINAN/DATASUS, 2024.

Nota: Dados tabulados pelas autoras.

Quanto aos encaminhamentos para o setor de saúde e evolução dos casos, todos os casos, ou seja, 100% das notificações, foram assinalados na opção “em branco” para o período analisado. Sendo estes dados importantes na perspectiva de justificar para que setores foram encaminhadas estas mulheres e quais condutas foram tomadas pelos profissionais que acompanharam o caso (Tabela 3).

DISCUSSÃO

Por meio dos resultados obtidos ao longo do período estudado, observou-se uma diminuição dos casos de violência contra as mulheres. Um apontamento feito por Andrade *et al* (2020), com relação a diminuição dos casos, pode estar relacionada com a intimidação que a mulher sofre por parte do agressor, por meio do uso da força e ameaças. E também pode estar associado a baixa procura por atendimento nos serviços de saúde ou ainda pode estar ocorrendo subnotificação dos casos.

A violência tem maior predominância entre as mulheres jovens, por haver uma vulnerabilidade gerada pela idade, imaturidade e por muitas vezes incapacidade de compreender que estão sofrendo algum tipo de violência. Uma pesquisa realizada no estado do Maranhão, evidenciou que a violência contra a mulher ocorre com maior frequência na faixa etária entre 20 e 29 anos (OLIVEIRA *et al* 2023). Já em um estudo realizado no Paraná ficou evidenciado que houve uma mudança no perfil de mulheres em situação de violência, sendo que no primeiro quadriênio, foram registrados um maior número de casos na faixa etária entre 30 e 39 anos, e para o segundo quadriênio na faixa etária de 20 a 29 anos (MOROSKOSKI, 2021).

No presente estudo foi observado predominância da raça/cor da pele branca com 68,9% dos casos de violência no período de 2017 a 2021. Losso *et al* (2022) afirmam em seu estudo realizado em município do Paraná, 39,35% das mulheres vítimas de violência são brancas, seguida de pardas (28,71%), pretas (5,51%), amarelas (5,51%) e etnia indígena com 0,19%. O mesmo resultado foi encontrado em estudo no município de Maringá, em que a raça/cor predominante foi branca com 71,1% (FERREIRA *et al* 2020). Em outro estudo realizado na capital do Paraná, Curitiba, a cor da pele predominante nos casos de violência doméstica foram de cor branca, com 57,58% e com idade entre 20 e 40 anos (LEAL, BERARDI, KOZIEVITCH, 2021).

A residência constitui um espaço de segurança e acolhimento para as mulheres, porém a maior parte dos casos ocorreram neste espaço, demonstrando uma falsa proteção. Em um estudo realizado no Espírito Santo, 85% dos casos de violência contra a mulher ocorreram na residência da vítima (LEITE *et al* 2023). Em outra pesquisa realizada no mesmo estado foi identificado que o espaço em que ocorreram maior número de casos de violência física, 70,9%, foi a residência (LEITE *et al* 2023). Diante do que foi acima descrito, verifica-se que os dados coletados na cidade de Foz do Iguaçu, não difere dos demais, uma vez que 73,10% dos casos ocorreram dentro das residências das vítimas.

No presente estudo, verificou-se que a violência praticada pelo cônjuge, comumente citada nos artigos como violência provocada por parceiro íntimo (VPPI), teve número relativamente alto, se comparados aos demais praticantes de tal violência. Relacionado a isso, Santos *et al* (2020), afirmam que há uma alta prevalência de violência provocada por parceiro íntimo, isso ao longo da vida da mulher.

Diante dessas informações, vê-se o quão suscetível e vulnerável estão as mulheres, que muitas vezes sofrem tais violências por já terem vivenciado/presenciado violência na infância. Diante disso, Santos *et al* (2020), relata que circunstâncias como experiência pessoal e materna são reflexo para o que essas mulheres vieram a sofrer.

Um dado que ficou evidente no estudo, foi a questão de a pessoa causar violência em si própria, ou seja, uma violência autoprovocada, correspondendo a 584 (37,73%) dos casos relatados. Uma vertente a ser considerada com relação a esses dados, é apontada por Cruz *et al* (2019) que relatam entre as dificuldades para notificar os casos de violência estão o medo de sofrer represália por parte do autor da violência o que corresponde a 33,3% dos casos, sendo ainda 20% tem medo de prejudicar o agressor.

Rosa *et al* (2018), em estudo realizado na atenção primária à saúde, relatam que 42,8% das mulheres sofreram violência psicológica, 26% violência física e 12% violência sexual. O que difere dos dados obtidos nesse estudo, no qual 75,98% das mulheres sofreram violência física, 20,34% violência psicológica e 3,67% violência sexual. Neste contexto, Lawrenz *et al* (2019), relatam que a violência psicológica é mais difícil de ser detectada, uma vez que a própria mulher não reconhece tal violência, como muitas vezes o próprio profissional de saúde que recebe essa mulher no atendimento. Outro fator destacado no estudo é que dependendo do tipo de violência física sofrida, a mesma é mais fácil de ser identificada por ser mais visível.

Muitas informações reportadas como “ignoradas” pelos profissionais de saúde, podem ter relação com a complexa dinâmica que envolve a violência e a resistência por parte das vítimas e dos profissionais de saúde em relatar tais aspectos, e pode também representar o cuidado no preenchimento da ficha de notificação (LAWRENZ *et al* 2019).

De acordo com os dados encontrados, verificou-se um dado alarmante, no que concerne à questão do encaminhamento e evolução dos casos de violência, no qual ambos correspondem a um percentual de 100% registrados em branco. Cruz *et al* (2019), por meio de uma pesquisa realizada com profissionais de saúde, os mesmos afirmaram não terem utilizado a ficha de notificação compulsória e ainda, que não sabiam da existência de tal ficha.

Outra questão relevante no que concerne à violência, está relacionada à escolaridade, bem como a dependência financeira advinda do parceiro íntimo são fatores que contribuem para o elevado número de casos de violência. Leite *et al* (2021) e Rosa *et al* (2018), em seus estudos trazem que fatores como, mulheres com baixa instrução escolar e dependentes financeiramente de seus parceiros estão diretamente relacionadas às violências sofridas por parceiro íntimo. Um fator identificado por Formiga *et al* (2021), é que a submissão cultural que existe da mulher ao homem pode acarretar danos culturais relacionados ao gênero, em que muitas vezes a vítima cria justificativas para que o parceiro tenha cometido o ato de violência.

Os resultados deste estudo mostraram que a violência contra a mulher é um fenômeno complexo e multifacetado, que envolve aspectos sociais e demográficos. No entanto, o estudo também apresentou algumas limitações, que devem ser consideradas na interpretação dos achados. As principais limitações foram: a amostra que dependeu da notificação e do registro dos casos de violência; e a subestimação da magnitude do problema, devido à falta de padronização encontrada nas notificações realizadas pelos diferentes serviços da rede de atendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessa pesquisa foi possível conhecer o perfil epidemiológico da violência contra a mulher no município de Foz do Iguaçu, além de analisar a série histórica neste período de cinco anos. O tipo de violência mais comum foi a física, em mulheres na faixa etária adulta jovem, sendo que depois da autoagressão, as vítimas foram agredidas pelo cônjuge evidenciando a persistência da violência doméstica e familiar contra as mulheres, dado corroborado pelo local de prevalência das violências: o domicílio.

É fundamental que se fortaleça a rede de enfrentamento à violência contra a mulher em Foz do Iguaçu, que conta com o Centro Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM), a Patrulha Maria da Penha, da Guarda Municipal, e outros órgãos de proteção e assistência às vítimas. Além disso, é preciso investir em políticas públicas de prevenção, educação e conscientização sobre a violência de gênero, bem como garantir o acesso das mulheres aos serviços de saúde, justiça e segurança. Somente assim será

possível romper o ciclo de violência e promover a cidadania e a dignidade das mulheres em Foz do Iguaçu e no Brasil.

Além disso, sugere-se que sejam realizadas pesquisas futuras que ampliem a amostra, o período analisado, incluindo outros tipos e formas de violência, padronizando os dados coletados, considerando as diferenças regionais e culturais. Essas pesquisas podem contribuir para a produção de conhecimento mais abrangente e robusto sobre a violência contra a mulher em Foz do Iguaçu e no Brasil, bem como para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas e integradas ao enfrentamento desse grave problema de saúde pública e de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C. M. et al. Violência interpessoal e autoprovocada: caracterização dos casos notificados em uma regional de saúde do Paraná. **Cogitare enferm**, v. 25, p. e63758, 2020.
- BRASIL. **LEI Nº 10.778, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2003**. Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. Brasília, 2003.
- BRASIL. **LEI Nº 13.427, DE 30 DE MARÇO DE 2017**. Altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral. Brasília, 2017.
- CARVALHO, E. F. M., LAGUARDIA, J., DESLANDES, S. F. Sistemas de Informação sobre violência contra as mulheres: uma revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1273-1287, 2022.
- CRUZ, Nyedja Patricia Silva da et al. Preenchimento da ficha de notificação compulsória de violência interpessoal e autoprovocada: desafios enfrentados pelo profissional de Saúde. **Revista Hum@nae**, v. 13, n. 2, 2019.
- DELMORO, I. C. L., VILELA, S. C. Violência contra a mulher: um estudo reflexivo sobre as principais causas, repercussões e atuação da enfermagem. **Revista de Enfermagem Atual in Derme**, v.96, n.38, 2022.
- FERREIRA, Patrícia Chatalov et al. Caracterização dos casos de violência contra mulheres. **Rev. enferm. UFPE on line**, p. [1-6], 2020.
- FORMIGA, Kenna; et al. Intimate partner violence: a cross-sectional study in women treated in the Brazilian Public Health System. Einstein (São Paulo), v. 19, p. eAO6584, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31744/einstein_journal/2021AO6584>. Acesso em: 02 dez 2022.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 15 nov 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico. Panorama**. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em 24 mar 2024.
- LAWRENZ, Priscila et al. Violência contra mulher: notificações dos profissionais da saúde no Rio Grande do Sul. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 34, p. e34428, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/cKGvHBwnZBMFggSHYwGf4wL/?lang=pt#>.
- LEAL, Manoel Flavio; BERARDI, Rita; KOZIEVITCH, Nádia P. Análise da violência doméstica no município de Curitiba. In: **Anais da XVI Escola Regional de Banco de Dados**. SBC, p. 61-70, 2021.
- LEITE, Franciéle Marabotti Costa et al. Associação entre a violência e as características socioeconômicas e reprodutivas da mulher. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 29, p. 279-289, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/6SRJ8Rq8TDVjCg3Fp4CvJfL/?lang=pt>
- LEITE, Franciéle Marabotti Costa et al. Violência física contra o sexo feminino no espírito santo. **Ciência cuidado e saúde**, p. e63874-e63874, 2023.

- LEITE, Franciéle Marabotti Costa *et al.* Violência recorrente contra mulheres: análise dos casos notificados. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 36, p. eAPE009232, 2023.
- LOSSO, Eduarda Navroski *et al.* Violência contra as mulheres em tempos de pandemia da Covid-19 em um município paranaense. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 12, p. 80152-80170, 2022.
- MOROSKOSKI, Márcia *et al.* Aumento da violência física contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo: uma análise de tendência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4993-5002, 2021.
- OLIVEIRA, Mag Gardênya Rodrigues; *et al.* Mulheres violentadas: caracterização dos casos registrados no estado do Maranhão/Brasil, 2011-2019. **O Mundo da Saúde**, v. 47, n. 1, 2023.
- OPAS. Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>>. Acesso em: 02 dez 2022.
- ROSA, Doriana Ozólio Alves; *et al.* Violência provocada pelo parceiro íntimo entre usuárias da Atenção Primária à Saúde: prevalência e fatores associados. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 67-80, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/S6ft8GscKBZmQPPx3XKVNgL/?lang=pt>>. Acesso em: 02 dez 2022.
- SANTOS, C. A. S; *et al.* Violência sexual perpetrada na adolescência e fase adulta: análise dos casos notificados na capital de Rondônia. **Escola Anna Nery**, v. 26, 2022.
- SANTOS, Ione Barbosa dos; *et al.* Violência contra a mulher na vida: estudo entre usuárias da Atenção Primária. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1935-1946, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/R64vx7t9y kz-CH54DTfSFvjv/?lang=pt>>. Acesso em: 02 dez 2022.
- SILVA, Samylla Bruna de Jesus; *et al.* Violência Perfil epidemiológico da violência contra a mulher em um município do interior do Maranhão, Brasil. **O Mundo da Saúde**, v. 45, n. s/n, p. 056-065, 2021.

